



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Deputada Manuela Tender,

Assunto: Recomendações aprovadas nas Sessões Nacionais do Programa Parlamento dos Jovens (Edição 2023/2024) – “Viver Abril na Educação: caminhos para uma escola plural e participativa”

O Grupo Parlamentar do PCP valoriza a participação de todos os jovens que integraram esta edição do Parlamento dos Jovens que versava sobre “Viver Abril na Educação: caminhos para uma escola plural e participativa”.

Destacamos a importância do tema escolhido para esta edição, no ano em que se celebram os 50 anos do 25 de abril, que se celebram os seus valores e atualidade. A Escola Pública, de qualidade, democrática, inclusiva e gratuita, é uma das conquistas de Abril que hoje é preciso reforçar. Foi a garantia do direito à educação através da Escola Pública que permitiu, entre outras, a quase erradicação do analfabetismo, a redução das taxas de insucesso e de abandono escolares ou mesmo o acesso de milhares de jovens ao Ensino Superior.

A Escola Pública é imprescindível para o desenvolvimento e progresso do país, contribuindo de forma clara para a melhoria das condições de vida da população a todos os níveis. Deste modo e tendo em conta que é a única que garante igualdade entre todas as crianças e jovens no acesso e sucesso escolar, a Escola Pública deve ser devidamente reforçada, garantindo-se um financiamento que garanta o seu cabal funcionamento, que permita a contratação de todos os trabalhadores e recursos materiais necessários.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Valorizamos as recomendações aprovadas nas duas sessões nacionais que vão no caminho da defesa e reforço da Escola Pública de Abril.

Para o PCP uma Escola Pública verdadeiramente inclusiva, que permita a integração de todas as crianças e jovens, seja qual for o seu contexto económico, social ou nacionalidade, deve ter todos os meios para que cada criança e jovem tenha a resposta adequada à sua necessidade específica, o que implica não só a contratação de mais professores de educação especial e técnicos especializados, como terapeutas, psicólogos, assistentes sociais, a criação do grupo de recrutamento da intervenção precoce, a garantia de formação específica, a garantia de espaços acessíveis, etc.

O PCP tem apresentado um conjunto de medidas no sentido do reforço dos direitos dos trabalhadores da Escola Pública, de valorização da carreira docente, da criação da carreira de psicólogo escolar e de auxiliar de ação educativa, tal como a eliminação da precariedade com a vinculação nos quadros de escola de todos aqueles trabalhadores que desempenham necessidades permanentes.

O PCP defende uma Escola Pública que garanta a concretização do direito constitucional à educação física, ao desporto, ao aproveitamento dos tempos livres e à obrigação do Estado de promover a cultura física e desportiva escolar dirigida à infância e juventude. Consideramos que o acesso generalizado e em condições de igualdade à cultura física, desde que devidamente orientados por profissionais pedagógica e cientificamente habilitados e com participação alargada dos jovens na sua organização, é um direito social fundamental da juventude, determinante na promoção da saúde e da condição física e para o pleno e harmonioso desenvolvimento das suas potencialidades. Deste modo é fundamental não só garantir a concretização da educação física no 1.º ciclo, como garantir o reforço do Desporto Escolar.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Uma Escola Pública verdadeiramente democrática só existe com direção e gestão democráticas, assentes na colegialidade, na elegibilidade e na ampla participação. Defendemos assim a eleição democrática para os órgãos de direção e gestão das escolas e agrupamentos, nomeadamente de representantes de professores, pais, alunos e pessoal não docente. A esta visão contrapõem-se órgãos unipessoais e não eleitos, dotados de poderes excessivos, ao arrepio da democraticidade, da representatividade e da participação dos vários corpos da escola, que é a realidade de hoje na Escola.

No que diz respeito à participação dos estudantes, há uma grande necessidade de respeito pela autonomia e tomada de decisão por parte destes, cuja participação na vida escolar deve ser incentivada. O seu contributo tem de ser visto como desejável, positivo e necessário, não podendo ser olhado de uma perspetiva paternalista ou ser infantilizado. Defendemos que participem no órgão de direção estratégica e criando mecanismos para a auscultação permanente das suas opiniões.

Consideramos que as Associações de Estudantes são um dos principais espaços de envolvimento dos estudantes nas várias vertentes da vida estudantil, na defesa dos direitos dos estudantes e de discussão sobre os seus problemas específicos. Muitas destas associações desempenham um papel essencial na garantia de acesso ao desporto, à cultura, ao material de apoio ao estudo, ao lazer e à informação. Deve-lhes ser deste modo garantido o cumprimento dos seus direitos e a sua total autonomia em todos os processos que dizem exclusivo respeito aos estudantes.

Com o fim da gestão democrática das escolas e com a recuperação da figura do diretor, mantido até hoje, o que têm vindo a acontecer, de forma agravada e inaceitável, é a



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

ingerência nos processos eleitorais para associações de estudantes e noutros processos e momentos de participação democrática dos estudantes na vida das suas escolas.

O PCP assume o compromisso de defesa do direito à educação, consagrado na Constituição, pelo reforço do investimento na Escola Pública, na Escola de Abril.

Palácio de S. Bento, 24 de setembro de 2024,

Presidente do Grupo do Parlamentar

Paula Santos